



SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA
PAIS AMAS Hospitalares

CNPJ nº 61.699.567/0057-47

Nota da Administração

Em complemento às demonstrações contábeis consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M., o parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M. e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis da unidade: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - PAIS AMAS Hospitalares** que integra a S.P.D.M.. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal, Administrativo e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no Estatuto Social, artigo 26 inciso VIII, submetemos à apreciação de V. S.^{as}, o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Conforme artigo 1º do Estatuto Social, a SPDM, proprietária e mantenedora do Hospital São Paulo, originalmente denominada Escola Paulista de Medicina, constituída por escritura pública de 26/06/1933, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública Estadual e Municipal, regida por seu estatuto e legislação aplicável. A SPDM tem como objetivos manter e gerenciar o Hospital São Paulo, hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e demais instalações, bem como gerenciar ou assessorar outros hospitais, centros de promoção, prevenção e assistência à saúde e unidades afins. A diretriz primordial da Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Ainda faz parte das diretrizes, promover e manter o ensino e a pesquisa, básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico. Através de cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências, produzir, comercializar e disponibilizar material didático e científico nas áreas de atuação. A gestão da Entidade é baseada no sistema de governança corporativa e na condição de entidade filantrópica, apesar das demandas crescentes por atendimentos e da escassez de recursos, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Órgão deliberativo da SPDM, o Conselho Administrativo, além de outras atribuições, apresenta

ao Conselho Fiscal, análise de resultados que incluía prestação de contas, balanço Patrimonial da SPDM e quadros comparativos com exercício anterior. Objetivando fiscalizar e acompanhar as atividades da Associação, o Conselho Fiscal é responsável pela aprovação do balanço apresentado pelo Conselho Administrativo. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Assim, a Instituição contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldada por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais, dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social e Educação, a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais, oferecendo ainda na área de administração em saúde, cursos de graduação, pós graduação Latu Senso (MBA-Especialização), cursos de extensão, cursos livres e Educação Infantil (CEI). São Paulo, 28 de Fevereiro de 2021. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** Diretor-Presidente da SPDM.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2020	2019
ATIVO		
Ativo Circulante	188.109.206,84	121.836.647,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.151.224,87	7.376.260,11
Bancos conta Movimento (nota 4.1)	1,00	1,00
Aplicações Financeiras (nota 4.2)	17.151.223,87	7.376.259,11
Cliente e Outros Recebíveis	170.722.191,41	114.421.899,10
Cientes	170.619.694,70	113.767.587,69
Prefeitura Município São Paulo (nota 4.3)	170.619.694,70	113.767.587,69
Outros Créditos (nota 4.5)	102.496,71	654.311,41
Adiantamentos e outros créditos	102.496,71	654.311,41
Estoque (nota 4.6)	235.790,56	38.488,41
Materiais de Almoxarifado	235.790,56	38.488,41
Ativo não Circulante	7.523.663,17	7.525.561,71
Realizável a Longo Prazo	7.463.078,01	7.432.437,01
Valores a Receber (nota 4.4)	7.209.377,01	7.209.377,01
Depósito Judicial	253.701,00	223.060,00
Ativo Imobilizado Terceiros (nota 4.17)	1.025.691,56	1.025.691,56
Imobilizado - Bens de Terceiros	1.025.691,56	1.025.691,56
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 4.17)	(965.106,40)	(932.566,86)
Bens Terceiros	(965.106,40)	(932.566,86)
Total do Ativo	195.632.870,01	129.362.209,33

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020-2019: 1- Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais
Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - PAIS - AMAS Hospitalares é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Desde o início das atividades, a SPDM / Programa de Atenção Integral à Saúde busca o crescimento e a consolidação dos serviços de saúde, a fim de garantir mudanças nos indicadores e na qualidade de vida da população, pautado entre outros, pelos princípios da integralidade e da equidade, com uma visão estratégica da gestão dos serviços de saúde, definida em um processo de aprimoramento contínuo. A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde por intermédio das Secretarias de Saúde celebram o Convênio nº 01/2012 com o Município de São Paulo, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações relativas a assistência medica ambulatorial (AMA) nos Hospitais Municipais, a implantação, coordenação e execução de programas em saúde, com vigência de 01/12/2012 a 31/03/2021. **2- Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, § 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1- Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 39º do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 39º do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 23, XXV do Estatuto Social), são submetidos à análise de resultados e aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 32, I do Estatuto Social) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 16 VI do Estatuto Social). **2.2- Isenção Tributária e Característica da Isenção:** A SPDM - Programa de Atenção Integral à Saúde também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3- Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, estabelece em seu artigo 2º e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I- não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II- aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III- apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV- mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI- conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII- cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII- apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14/12/2006. Em 10/2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em três novos § que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I- a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II- a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2020	2019
PASSIVO		
Passivo Circulante	160.065.727,08	106.502.415,59
Fornecedores	4.160,00	0,00
Fornecedores Nacionais	4.160,00	0,00
Serviços de Terceiros	11.333,08	13.728,85
Serviços de Terceiros P. Jurídica	11.333,08	13.728,85
Serviços Próprios	36.333.501,94	21.357.663,08
Salários a Pagar	12.372.722,74	6.014.717,69
Contribuições a Recolher (nota 4.11)	2.836.931,98	1.517.902,74
Provisão de Férias (nota 4.8)	15.067.747,22	9.396.642,11
Provisão de FGTS sobre Férias (nota 4.8)	1.205.051,71	750.923,43
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	183.408,91	294.642,89
Impostos a Recolher (nota 4.12)	3.588.417,96	2.989.758,08
Acordo Trabalhista a Pagar	12.193,90	7.962,94
Benefícios	1.067.027,52	385.113,20
Tributos	1.098.074,77	135.506,74
Obrigações Tributárias	1.098.074,77	135.506,74
Conta a pagar / Valores de Terceiros	122.618.657,29	84.995.516,92
Convênios/Contratos Públicos a Realizar (nota 5.2)	122.618.657,29	84.994.940,72
Outras Contas a Pagar	0,00	576,20
Passivo não Circulante	35.567.142,93	22.859.793,74
Recursos Convênios em Execução	25.570.106,89	22.727.676,62
Imobilizado - Bens de 3ºs (nota 4.17)	1.025.691,56	1.025.691,56
Ajuste vida útil econômica- Bens de terceiros (nota 4.17)	(965.106,40)	(932.566,86)
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 4.10)	25.509.521,73	22.634.551,92
Outras Obrigações com Terceiros	9.997.036,04	132.117,12
Provisão Despesa Proc. Trabalhistas (nota 4.14)	9.997.036,04	132.117,12
Total do Passivo	195.632.870,01	129.362.209,33
Patrimônio Líquido (nota 6)	0,00	0,00
Total do Passivo Patrimônio Líquido	195.632.870,01	129.362.209,33

seguintes condições: I- nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II- o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste §. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3- Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2020, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007. Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis são elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1- Razão Social:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM - Pais - Amas Hospitalares - Rua Machado Bittencourt, 190 / Sala 908 - Vila Clementino - SP/SP - CEP 04.039-010 - CNPJ Nº 61.699.567/0057-47. **3.2- Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, são transmitidas através do ECD(Escrituração Contábil Digital) e transmitidas a RFB(Receita Federal do Brasil) via digital e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, conforme determina a portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4- Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que derivam origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **4.1- Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **4.2- Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2020	2019
(=) Receita bruta de serviços	367.459.967,43	212.944.949,15
(+) Serviços	355.421.202,83	203.865.606,57
Convênio nº 01/2012	300.713.867,25	164.382.707,05
Isenção Usufruída (nota 7)	54.705.417,49	39.480.744,59
Trabalho Voluntário (nota 7.1)	1.918,09	2.154,93
(+) Outras Receitas Operacionais	12.038.764,60	9.079.342,58
Estrutura Unidades	12.038.764,60	9.079.342,58
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados	367.459.967,43	212.944.949,15
(+) Outras Receitas	878.113,47	243.029,29
(+) Receitas Gerais	878.113,47	243.029,29
Outras Receitas	871.189,22	235.339,38
Descontos Recebidos	6.923,38	7.084,60
Financeiras	0,87	605,31
(=) Receita Líquida	368.338.080,90	213.187.978,44
(-) Custos Operacionais	353.860.139,69	201.875.074,29
(-) Serviços	298.465.006,72	162.650.857,19
(-) Pessoal Serviços Próprios	203.830.561,63	138.123.309,23
(-) Serviços de Terceiros	94.634.445,09	24.527.547,96
(-) Custos com Mercadorias	1.182.139,13	190.201,47
(-) Medicamentos e Materiais	1.182.139,13	190.201,47
(-) Tributos	1.258,94	2.444,54
(-) Impostos Taxas e Contribuições	1.258,94	2.444,54
(-) Gratuidades	54.211.605,40	39.031.393,09
(-) Isenção Usufruída (nota 7)	54.211.605,40	39.031.393,09
(-) Outros Custos Operacionais	129,50	178,00
(-) Custos Financeiros	129,50	0,00
(-) Custos Bens Permanentes de 3ºs	0,00	178,00
(-) Outros Custos	0,00	0,00
(-) Despesas Operacionais	14.477.941,21	11.312.904,15
(-) Serviços	1.914.141,36	1.772.607,25
(-) Pessoal Serviços Próprios	1.904.885,70	1.766.402,95
(-) Serviços de Terceiros	7.337,57	4.049,37
(-) Trabalho Voluntário (nota 7.1)	1.918,09	2.154,93
(-) Tributos	2.169,94	885,00
(-) Impostos Taxas e Contribuições	2.169,94	885,00
(-) Gratuidades	493.812,09	449.351,50
(-) Isenção Usufruída (nota 7)	493.812,09	449.351,50
(-) Outras Despesas Operacionais	12.067.817,82	9.090.060,40
(-) Despesas Financeiras	29.053,22	10.717,82
(-) Estrutura Unidades	12.038.764,60	9.079.342,58
(=) Superávit / Déficit do Exercício (nota 4.16)	0,00	0,00

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2020	2019

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Déficit do exercício/período	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(56.852.107,01)	(29.897.161,41)
(Aumento) Redução outros créditos	521.173,70	(7.758.773,42)
(Aumento) Redução em estoques	(197.302,15)	(3.369,11)
Aumento (Redução) em fornecedores	1.764,23	(6.320,43)
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	40.498.686,38	39.593.026,43
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	25.802.749,61	(4.735.130,73)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(32.539,54)	(32.357,09)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	9.742.425,22	(2.840.085,76)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	32.539,54	32.357,09
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	32.539,54	32.357,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	9.774.964,76	(2.807.728,67)
Saldo inicial de Caixa e equivalente	7.376.260,11	10.183.988,78
Saldo final de Caixa e equivalente	17.151.224,87	7.376.260,11

aplicações encontram-se aplicadas por força do Convênio nº 01/2012 cujo rendimento é revertido integralmente aos mesmos.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade / Mês Taxa %	31/12/2020
Banco Bradesco	Invest Fácil	*	4.625.515,46
Banco Bradesco	CDB - HiperFácil	*	330,24
Banco Bradesco	CDB	*	12.525.379,17
Total			17.151.224,87

* % do CDI. **4.3- Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das parcelas contempladas no Plano de Trabalho conforme estabelecido nos Termos de Contrato. O contrato é reconhecido por seu valor integral e caso a vigência exceda mais de um exercício, parte do contrato é registrado no grupo Não Circulante. **4.4- Valor Estimado - Rescisão de Contrato:** Valor proveniente do passivo trabalhista das unidades assumidas dos Convênios, para este Contrato. **4.5- Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a receber ou a descontar de pagamentos futuros, tais como adiantamentos realizados a funcionários (férias, salário, 13º e outros); fornecedores, e créditos a receber do Convênio. **4.6- Estoques:** Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de R\$ 235.790,56. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16). **4.7- Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **4.8- Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **4.9- Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **4.10- Outras Provisões:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. Baseado nas cláusulas contratuais do Convênio nº 01/2012 e na IAS 37, a O.S. SPDM-PAIS tem como responsabilidade, os pagamentos das verbas trabalhistas, bem como, ao final do Convênio quitar todas as obrigações devidas aos colaboradores, inclusive as indenizações contempladas na CLT e respectivas convenções. Desta forma, **continua**

continuação

<

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Pais - AMAS Hospitalares									
Ata de Reunião do Conselho Administrativo 15 de abril de 2021, das 8h30 às 10h00, por Videoconferência									
Conselheiros Presentes: Prof. Dr. Clóvis Ryuichi Nakae, Prof. Dr. Flávio Faloppa, Prof ^ª . Dr ^ª . Ruth Guinsburg, Dra. Maria Inês Rodrigues Landini Dolci, Dr. Ricardo Camargo e Dr. Gilberto Tanos Natalini. Diretor-Presidente: Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. Convidados: Profs. Drs. Prof. Dr. Gaspar de Jesus Lopes Filho, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur e José Roberto Ferraro, os (as) Srs (as). Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Débora Melo, Vera Lúcia Pereira dos Santos, Thais Pinhão e os auditores da Audisa, Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. Horário: das 08h30 às 10h00, por videoconferência. Aos 15/04/2021, às 08:30h, reuniram-se, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrentes da pandemia do Coronavírus (Covid-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os (as) Srs (as) membros do Conselho Administrativo da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos (as) conselheiros(as) presentes. Dando continuidade, Dr. Ronaldo fez uma breve apresentação da SPDM e passou então a deliberação dos itens da Ordem do Dia: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2020 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício. Dr. Ronaldo discorreu sobre a importância de análise e divulgação do Relatório Anual da Administração, Demonstrações Contábeis, Balanço, Prestação de contas e Parecer da auditoria independente referente ao exercício de 2020, lembrando que estes documentos foram previamente encaminhados e disponibilizados a cada um dos membros presentes. Informou também que o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, emitiram parecer favorável pela aprovação dos Relatórios apresentados, conforme documento igualmente enviado aos membros deste Conselho, convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Vera Lúcia Pereira dos Santos, para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020 consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli, Hospital Geral de Pirajussara, Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia, Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva, Hospital Geral Prof Dr Waldemar de C. P. Filho de Guarulhos, Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, Hospital Geral de Pedreira, Hospital Cantareira, Hospital Lacan, Hospital Municipal de Parelheiros, Hospital Municipal de Barueri - Dr. Francisco Moran, Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza, Hosp Regional de Sorocaba Dr Adib D Jatene - Bata Branca, Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza, Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro, Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz, Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra, Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana, Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC - Zona Leste, Centro de Atenção									
Ata de Reunião do Conselho Fiscal 13 de abril de 2021, das 09h00 às 10h30, por Videoconferência									
Conselheiros Presentes: Profs (as). Drs. (as) Marcelo Nascimento Burattini, José Carlos Costa Baptista Silva, Denise Caluta Abranches e Dulce Aparecida Barbosa. Diretor-Presidente: Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira. Convidados: Profs. Drs. José Roberto Ferraro, Gaspar de Jesus Lopes Filho, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, os (as) Srs. (as) Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Sérgio Alexandre de Carvalho, Cleber Vieira da Silva, Darlei Freire, Vera Lúcia Pereira dos Santos, Thais Pinhão e os Auditores da Audisa, Srs. Alexandre Chiaratti e Mateus Yutaki Aragaki Ferreira. Ausências Justificadas: Dra. Denise Freitas. Horário: das 09h00 às 10h30, por videoconferência. Aos 13/04/2021, às 09:00h, reuniram-se, excepcionalmente, por videoconferência, em razão das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública, decorrentes da pandemia do Coronavírus (Covid-19), conforme disposto na Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, os (as) Srs (as) membros do Conselho Fiscal da SPDM, sob a presidência do Diretor-Presidente que, agradecendo a confiança, declarou abertos os trabalhos e submeteu-se à aprovação a ata da reunião anterior que, depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos (as) conselheiros(as) presentes, passando então a deliberação dos itens da Ordem do Dia: 1) Análise do Relatório, demonstrações contábeis, balanço e prestação de contas anual do exercício de 2020 e do Parecer da auditoria independente referente ao mesmo exercício. convidando e passando a palavra à diretora de contabilidade da SPDM, Sra. Vera Lúcia Pereira dos Santos, para apresentação e esclarecimentos do relatório, balanço e prestação de contas compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020 consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, compreendendo as demonstrações de sua matriz, Hospital São Paulo, e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli, Hospital Geral de Pirajussara, Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quércia, Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo, Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso Manoel de Paiva, Hospital Geral Prof Dr. Waldemar de C. P. Filho de Guarulhos, Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, Hospital Geral de Pedreira, Hospital Cantareira, Hospital Lacan, Hospital Municipal de Parelheiros, Hospital Municipal de Barueri - Dr. Francisco Moran, Hospital Regional de Sorocaba - Bata Cinza, Hosp Regional de Sorocaba Dr. Adib D Jatene - Bata Branca, Hospital Regional de São José dos Campos - Bata Cinza, Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro, Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz, Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra, Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo, Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana, Centro Estadual de Análises Clínicas - CEAC - Zona Leste, Centro de Atenção Psico-Social CAPS Itapeva, Rede Assist. Superv. Téc. da Saúde VI. Maria/Vl. Guilherme, Ambulatório Médico de Especialidades Maria Zélia, Ambulatório Med de Especialid de Psqui-Dra Jandira Masur, AME de Taboão da Serra, Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes, Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, Unidade Recomeço Helvétia, Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos, CRATOD - Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas, Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, Instituto de Saúde da SPDM, CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VL. Mariana, CTO Especializado da Assist. Farmacêut. (CEAF) Campinas, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Oeste, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste, Rede Assistencial de Superv Técnica de Saúde Butantã, SIM - Serviço Integrado de Medicina, Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN – PAI ZN, Projeto Autismo - Vila Mariana, CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental VL Mariana, SAMU 192 - Regional São José dos Campos, Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia, Programa de Atenção Integral à Saúde, Rede Ass - Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Agua Rasa, SPDM - PAIS AMAS Hospitalares, SPDM - Programa de Atenção Integral a Saúde - Corporativo, Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, Rede Assistencial - STS Perus/ Pirituba, Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas, Rede Assist - Da Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba, SPDM/Saúde Indígena Mato Grosso, SPDM/Saúde Indígena Pará, SPDM - PAIS - UPA Zona Noroeste, Hospital Universitário de Taubaté, SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce, SP Plus, Clínica de Psiquiatria, SPDM - PAIS A.P. 3.2, SPDM - PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada, SPDM - PAIS - UPA Bom Jesus, SPDM - PAIS - UPA Lomba do Pinheiro, SPDM - PAIS - Atenção Primária e Especializada, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Jd dos Prados, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde, CEI - Centros de Educação Infantil, Serv de Reabilit Lucy Montoro - Capital SP - Jd Humaitá, CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga, Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi, SPDM - PAIS - Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo, SPDM - PAIS - Hospital Florianópolis, SPDM - PAIS SAMU Santa Catarina, SPDM - PAIS - A.P. 5.3, SPDM - PAIS - UPA João XXIII, SPDM - PAIS - A.P. 1.0, SPDM - PAIS - UPA Sepetiba, SPDM - PAIS - UPA Paciência, Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos e Coord de Emerg Regional do Leblon - CER Leblon - AP 2.1. Após apresentação, Dr. Ronaldo passou a palavra aos auditores da Audisa, que fizeram breves comentários sobre os índices, discorreram sobre o parecer sem ressalvas e concluíram que a instituição, como um todo, vem realizando um bom trabalho. Encerradas as apresentações e comentários. Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) senhores(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, foi aberta a votação, restando aprovado por unanimidade todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor-Presidente determinou o envio do Parecer do Conselho Fiscal à Assembleia, nos termos do Estatuto Social, acompanhado da presente ata, que foi lida e conferida pelos Srs. (as) Conselheiros (as) presentes. Dr. Ronaldo agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião. Eu, Luciana Tabora, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Senhor Diretor Presidente. Luciana Tabora - Secretária; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.									
Ambulatório Med de Especialid de Psqui-Dra Jandira Masur, AME de Taboão da Serra, Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi das Cruzes, Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, Unidade Recomeço Helvétia, Centro de Reabilitação Lucy Montoro São José dos Campos, CRATOD - Centro de Ref. de Alcool, Tabaco e Outras Drogas, Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, Instituto de Saúde da SPDM, CTO Especializado da Assist. Farmacêut. CEAF VL. Mariana, CTO Especializado da Assist. Farmacêut. (CEAF) Campinas, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Oeste, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Idoso Sudeste, Rede Assistencial de Superv Técnica de Saúde Butantã, SIM - Serviço Integrado de Medicina, Pólo de Atenção Intensiva em Saúde Mental da ZN - PAI ZN, Projeto Autismo - Vila Mariana, CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental VL Mariana, SAMU 192 - Regional São José dos Campos, Unidades de Atend. Integrado UAI do Munic. de Uberlândia, Programa de Atenção Integral à Saúde, Rede Ass - Da Pari, Belém, Brás, Tatuapé, Mooca e Agua Rasa, SPDM - PAIS AMAS Hospitalares, SPDM - Programa de Atenção Integral a Saúde - Corporativo, Rede Assistencial - STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana, Rede Assistencial - STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial - Da Vila Prudente/São Lucas, Rede Assist - Da Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba, SPDM/Saúde Indígena Mato Grosso, SPDM/Saúde Indígena Pará, SPDM - PAIS - UPA Zona Noroeste, Hospital Universitário de Taubaté, SPDM - PAIS Complexo Hospitalar Irmã Dulce, SP Plus, Clínica de Psiquiatria, SPDM - PAIS A.P. 3.2, SPDM - PAIS-Unidades de Atenção Primária e Especializada, SPDM - PAIS - UPA Bom Jesus, SPDM - PAIS - UPA Lomba do Pinheiro, SPDM - PAIS - Atenção Primária e Especializada, Ambulatório Médico de Especialidades - AME Jd dos Prados, Faculdade Paulista de Ciências da Saúde, CEI - Centros de Educação Infantil, Serv de Reabilit Lucy Montoro - Capital SP - Jd Humaitá, CTO de Tecnologia e Inovação - Pq. Fontes do Ipiranga, Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi, SPDM - PAIS - Hosp. Reg. de Araranguá Dep. Afonso Guizzo, SPDM-PAIS-Hospital Florianópolis, SPDM - PAIS SAMU Santa Catarina, SPDM - PAIS - A.P. 5.3, SPDM - PAIS-UPA João XXIII, SPDM-PAIS - A.P. 1.0, SPDM - PAIS - UPA Sepetiba, SPDM - PAIS - UPA Paciência, Centro de Apoio - Gestão da Informação e Eventos e Coord de Emerg Regional do Leblon - CER Leblon - AP 2.1. Após os esclarecimentos prestados e respondidas as questões formuladas pelos (as) Srs(as) conselheiros(as) e, com base no parecer dos Auditores Independentes, foi aberta a votação, e este Conselho aprovou, por unanimidade de votos e sem nenhuma observação, todos os relatórios, balanços e documentos supramencionados da SPDM referentes à matriz e todas as filiais. Por fim, em cumprimento ao exigido por lei e pelo Estatuto Social da entidade, o senhor presidente determinou a elaboração do Parecer, em apartado, nos termos aqui decididos. Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata, assim como o Parecer, lidos, conferidos e firmados pelos (as) Srs (as). Conselheiros (as) e pela Secretária, nesta data, dando-se por encerrada a reunião. Luciana Tabora - Secretária; Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.									
leiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2021. AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS - CRC/SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-18.									

Geração Participações S.A.									
CNPJ: 08.661.030/0001-50									
Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 - Em Reais									
Balanço Patrimonial			Balanço Patrimonial			Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício			
2020			2019			2020			
Ativo/Circulante			Passivo/Circulante			Descrição:			
Disponível	23.823.835,73	16.211.518,30	Fornecedores	14.910.773,31	12.140.269,60	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Impostos a recuperar	71.158,65	607,07	Obrigações fiscais	5.000,00	4.700,00	Lucro líquido do exercício			
Adiantamentos	858.229,98	858.229,98	Obrigações trabalhistas	13.993,42	7.935,09	(1.043.558,57) (1.606.247,57)			
Outros créditos	1.970,00	60.000,00	Outras obrigações	3.635,59	3.541,33	Geração bruta de caixa			
Estoques	5.546,83	5.750,98	Não circulante	14.888.144,30	12.124.093,18	Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto			
Não circulante	22.886.930,27	15.286.930,27	Impostos diferidos	2.285.188,22	2.285.188,22	Depreciação			
Imobilizado	286.192,93	6.171.565,22	Patrimônio líquido	2.285.188,22	2.285.188,22	Variações nos ativos e passivos operacionais			
Total do ativo	24.110.028,66	22.383.083,52	Capital	6.914.067,13	7.957.625,70	Impostos a recuperar			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Lucros (Prejuízos) acumulados	10.000.000,00	10.000.000,00	Outros créditos			
Descrição			Capital Social	(3.085.932,87)	(2.042.374,30)	Adiantamentos			
Capital Social			Total do passivo	24.110.028,66	22.383.083,52	Estoques			
a			Demonstração do Resultado			Fornecedores			
inte-gra-			2020			Outras obrigações			
lizar AFAC			2019			Tributos a recolher			
Lucros			Descrição: Receita operacional bruta			Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Acumulados			Impostos sobre o faturamento			Aquisição de investimentos			
Total			PIS e COFINS			Venda de imobilizado			
			Custo dos imóveis vendidos			Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento			
			Lucro bruto			Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
			Despesas operacionais			Conta-corrente diretoria			
			Despesas administrativas			Distribuição de dividendos			
			Despesas tributárias			Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamento			
			Outras receitas operacionais			Aumento em caixa e equivalentes de caixa			
			Resultado antes das receitas e despesas financeiras			Caixa e equivalentes de caixa			
			Resultado financeiro líquido			Disponibilidades e valores equivalentes			
			Resultado não operacional			no início do período			
			Resultado antes do IRPJ e CSL			Disponibilidades e valores equivalentes			
			Contribuição social			no fim do período			
			Imposto de renda			Aumento em caixa e equivalentes de caixa			
			Resultado líquido do período			(dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e está totalmente integralizado.			
			pro rata temporis e os impostos diferidos para quando de seu resgate.			Antonio Luiz Polverini - Diretor Presidente			
			c) Obrigações: As obrigações são reconhecidas no balanço quando a companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.			Ademir Creado Navas - Contador - CRC 1SP 125.442/O-9			
			4. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado para o bem.						
			5. Patrimônio Líquido: O capital social subscrito é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em 10.000.000						